



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

<b>ATA DE REUNIÃO</b>		
<b>Membros efetivos presentes:</b>	<b>Freddy Carvalho Pitta Lima</b> – Juiz de Direito (Coordenador) <b>Leonardo Rulian Custódio</b> – Juiz de Direito <b>Glautemberg Bastos de Luna</b> , Juiz de Direito; <b>Janaína Barreto de Castro</b> – Servidora (Secretária de Gestão de Pessoas) <b>Sara dos Santos Teles</b> - Servidora <b>Robson Matos da Gama</b> - Servidor <b>Marcus de Souza Reis</b> - Servidor	<b>Data:</b> 06/07/2020
<b>Participante(s):</b>	<b>Adriana Sales Braga</b> - Juíza de Direito (representante da AMAB) <b>Valmy Gomes Guimarães</b> - Servidor (representante do SINPOJUD) <b>Luiz Cláudio da Silva Oliveira</b> - Servidor (representante do SINTAJ)	

<b>Início:</b> 10:11h	<b>Fim:</b> 11:55h	<b>Local:</b> sala de reunião virtual do CGP(Lifesize)
-----------------------	--------------------	--

<b>EVENTO</b>	<b>ITEM</b>	<b>PONTOS DISCUTIDOS</b>
<b>15ª Reunião do CGP</b>	<b>1</b>	<b>Definição dos próximos temas de trabalho do CGP;</b>
	<b>2</b>	<b>Elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas;</b>
	<b>3</b>	<b>O que ocorrer.</b>

### **DESENVOLVIMENTO DA PAUTA**

Aberta a reunião, realizada por videoconferência, foi registrada a presença dos membros efetivos do Comitê de Gestão de Pessoas acima citados e da magistrada Dra. Adriana Sales Braga, representando a AMAB, do servidor Valmy Gomes Guimarães, como representante indicado pelo SINPOJUD, e do servidor Luiz Cláudio da Silva Oliveira, representando o SINTAJ.

Dr. Freddy Carvalho Pitta Lima saudou a todos, informando tratar-se da 1ª reunião ordinária do segundo semestre do ano de 2020.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

Perguntado a todos se havia alguma retificação a realizar na ata da reunião anterior, Dra. Adriana Sales Braga solicitou que fosse aprovada no final da reunião, pois dado o curto lapso temporal do envio não havia dado tempo de lê-la. Dr. Freddy pontuou que se não houvesse tempo, que seria aprovada virtualmente.

## **1. DEFINIÇÃO DOS PRÓXIMOS TEMAS DE TRABALHO DO COMITÊ**

Dada a palavra ao Dr. Leonardo, ele deu as boas-vindas ao Dr. Glautemberg, destacou que o Comitê está sendo bastante atuante, informando que foi enviada uma proposta de resolução sobre o teletrabalho à Presidência do PJBA. Agora está sendo analisado qual será o tema de trabalho do CGP no segundo semestre, e que provavelmente será o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, porque o Tribunal ainda não tem formalmente esse plano estratégico. Informou que no começo do ano já havia feito observações à minuta do plano elaborado no biênio 2018/2020, o qual fora reencaminhada hoje para o CGP. Acrescentou que a falta desse plano estratégico é uma lacuna na atuação do Comitê de Gestão de Pessoas.

O magistrado sugeriu que nesse segundo semestre o CGP trabalhasse em duas frentes, uma mais abstrata, o plano estratégico, e em outra vertente concreta, se for do interesse de todos, o Plantão Judiciário de 1º Grau, pontuando que fora feito um estudo pela AMAB, a fim de analisar de que maneira ele poderia ser mais viável. Ele prosseguiu dizendo que, assim como feito um estudo sobre o teletrabalho, se for o momento agora, que o CGP pudesse estudar a melhor forma de realização do plantão judiciário, porque, na opinião do magistrado, o plantão também vai trabalhar a gestão de pessoas. O juiz concluiu dizendo que, na forma atual, o plantão pode ser realizado em duas noites seguidas, fora o dia de trabalho normal, então seriam praticamente 48 horas direto, sem descanso nenhum. Isso passaria pela gestão de pessoas, e mais cedo ou mais tarde o Comitê pode ser cobrado em relação a isso.

Dr. Freddy pontuou que a questão do plantão é muito delicada porque não é uma unanimidade a opinião dos magistrados em relação a isso, sugerindo que primeiro se ouça a todos.

Dada a palavra à servidora Janaína, ela informou a todos sobre a designação da servidora Sara para atuar na SEGESP, que atuará no Escritório Departamental de Projetos e Processos – EDEP, juntamente com os servidores Amílcar e Fernanda.

Em seguida, Janaína informou sobre a minuta de resolução sobre teletrabalho, que já foi entregue ao Presidente do PJBA, e que será composta uma comissão a qual fará o estudo e encaminhará, em um prazo bem curto, para a Corregedoria, seguindo à Comissão de Reforma, antes de ser enviada ao Tribunal Pleno.

A servidora também informou que fora divulgado o resultado da pesquisa sobre teletrabalho, pontuando que os resultados deverão ser muito bem trabalhados, pois servirão inclusive para a elaboração do plano estratégico 2021-2026. Ela ponderou que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

em 2021 o plano ficará mais restrito, tendo em vista a dificuldade de ter a parte financeira para levar as ações adiante. Janaína informou que existe um plano anterior, mas que ele não foi trabalhado, havendo necessidade de discutir no novo plano o que pode ser priorizado e as ações que poderão ser incluídas. A servidora sugeriu que para 2021 sejam priorizadas ações que não demandem tanto a questão financeira. Ela destacou a questão dos cursos de aprimoramento, que são do interesse de magistrados e servidores. Ela destacou que há várias outras formas de se fazer isso, a exemplo das parceiras, destacando a possibilidade da oferta de cursos EAD, havendo a possibilidade de transformar cursos que seriam presenciais em virtuais, setorizando a oferta conforme as atividades desenvolvidas, até mesmo em parceria com universidades locais. Destacou também que algumas ações do plano estratégico anterior já vinham sendo colocadas em prática como a preparação para a aposentadoria, o calendário de saúde, o certificado para os servidores aposentados, entre outras.

A servidora Janaína também sugeriu que, para atender 204 comarcas, o CGP adote o procedimento da Comissão da Saúde, o qual, a partir da regionalização da SEAD, tem um multiplicador das ações em cada uma dessas regiões, ressaltando que há talentos em todos os lugares e que há pessoas dispostas a multiplicar o conhecimento, a motivar e também a mostrar os problemas e soluções. Janaína pontuou que o Estado da Bahia é vastíssimo e que o planejamento muitas vezes não chega às comarcas mais distantes. Assim, seria importante que o CGP começasse a dividir/setorizar, destacando que os integrantes dos sindicatos poderiam ajudar nisso, desse modo o CGP teria a realidade de todas as comarcas, para que possa ampliar a entrega de conhecimento, inovações, treinamento, de uma forma que não seja dispendiosa.

Por fim, a servidora informou que a outra ação importante que o CGP precisa fazer, em face das demandas que têm chegado do CNJ e que está nova LOJ, é a questão da TLP. Janaína ponderou que hoje existem duas classes de servidores: analistas e técnicos. Contudo, não é assim na prática, e uma coisa muito importante é que isso passe a funcionar na prática. Janaína ponderou que em comarcas do interior há varas que têm um número gigantesco de processos, mas com apenas 04 ou 05 servidores, e há um juizado com 10 servidores, às vezes na mesma comarca, e com menos processos, a exemplo da Comarca de Euclides da Cunha, que ela observou. Então é necessário buscar a unificação das carreiras para que se possa ter uma distribuição melhor de servidores nas varas judiciais, sobretudo no Primeiro Grau. Janaína ainda ressaltou que a partir da equalização da distribuição da força de trabalho será possível realizar uma gestão de pessoas muito melhor.

Dr. Freddy pontuou que a discussão da TLP seria umas das propostas que ela traria ao CGP no segundo semestre, pois a distribuição dos servidores é altamente falha, não é equânime nem justa, pois existem varas com muitos processos e poucos servidores, e outras com pouca demanda, porém com mais servidores. O juiz destacou que sofre com isso porque é titular de uma Vara de Tóxicos que possui uma distribuição de 150 a 180 processos por mês e tem o mesmo número de servidores de uma Vara Crime comum que recebe 70 processos/mês. O juiz ressaltou que a unidade na qual é titular tem dado conta, mas que existem distorções na TLP que precisam ser



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

corrigidas para poder dar mais efetividade à prestação jurisdicional como um todo, sendo uma das coisas que podem realmente fazer a diferença para uma prestação jurisdicional mais eficiente.

Dada a palavra à servidora Sara Teles, ela iniciou saudando o Dr. Glautemberg, pontuou que o Comitê é muito ativo, com várias ações em andamento e que espera que se possa realizar grande parte do que os membros têm em mente. A servidora prosseguiu dizendo que, para o momento, o CGP precisa elaborar o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, informando que foi disponibilizado um cronograma pela SEPLAN, cujas prazos estão bem curtos. Sara pontuou que o CGP precisa redigir a Missão, Visão, realizar a análise SWOT e definir os objetivos SMART. A servidora ponderou a complexidade que envolve realizar essas etapas do plano estratégico, tendo sugerido, a partir de entendimento com o servidor Amilcar, que o EDEP atualizasse o plano e encaminhasse ao CGP para revisão, sugestões e aprovação.

A servidora destacou que os projetos e ações voltados para magistrados e servidores estão relacionadas ao Plano Estratégico do PJBA, tanto ao anterior quanto ao que está sendo atualizado para 2021-2026. Sara prosseguiu dizendo que o CGP precisa indicar as ações de curto, médio e longo prazo. Nesse ponto, sugeriu que a SEGESP obtenha junto aos seus órgãos todas as ações que as unidades planejam desenvolver ao longo dos próximos cinco anos.

Sobre a proposta atinente ao Plantão de Primeiro Grau, a servidora se manifestou no sentido de que, se for o caso, considerando que a discussão ficou em aberto, o CGP poderia realizar uma análise posteriormente, pontuando que já teve informações de magistrados que ficaram em plantões em dias seguidos no Primeiro Grau e na Vara de Audiência de Custódia, praticamente 03 dias seguidos de plantões, e ainda cumulando com as atividades na vara na qual é titular. Tratando-se de uma questão que pode realmente estar relacionada à gestão de pessoas poderia ser abordada em uma próxima oportunidade.

Acerca da realização de mais cursos na modalidade EAD, Sara informou que os servidores cobram bastante que o Tribunal firme mais convênios com universidades para oferta de especialização e mestrado. A servidora destacou a turma de magistrados e servidores do PJBA que atualmente está realizando o Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania, curso presencial em parceria com a UFBA, realizado por meio da Universidade Corporativa (UNICORP), ressaltando que os servidores têm pedido também pós-graduações em Direito Privado e em Gestão. Ressaltou, ainda, que o custo para a administração de uma especialização ofertada virtualmente para dezenas de servidores pode não ser dispendioso.

Quanto à questão da TLP e da unificação de carreiras, a servidora Sara disse que está relacionada ao processo TJ-COI-2016/12168, que foi encaminhado ao Comitê de Gestão de Pessoas em 20/06/2018, o qual trata da elaboração da Minuta de Regulamento das Atribuições de Cargos do Quadro de Servidores do PJBA, propondo que logo após a elaboração do Plano Estratégico, o Comitê foque nessa questão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

Antes de encerrar, a servidora agradeceu à secretária Janaína pela oportunidade de poder trabalhar na SEGESP, destacando que está há 12 anos no PJBA e que sempre quis atuar na área administrativa, notadamente com gestão de pessoas, expressou também que continuará se dedicando bastante ao Comitê e à SEGESP, a fim de contribuir com a instituição.

Em seguida, Dr. Leonardo, Dr. Freddy e Dra. Adriana parabenizaram a servidora Sara pelo comprometimento e dedicação. A magistrada também parabenizou a servidora Janaína, destacando que a conheceu como assessora e desde então viu o comprometimento da atual Secretária de Gestão de Pessoas.

Retornando à questão do plantão, Dra. Adriana afirmou que não teria como narrar o nível de insatisfação, pois atua no Plantão do Segundo Grau, mas que em relação aos magistrados, pelo menos quanto ao grupo de magistradas, destacando que é um grupo grande, há muita reclamação, parecendo que, de fato, há um descontentamento. Mas, por outro lado, na última reunião da diretoria/AMAB, Dra. Nartir informou que haveria uma reunião com a Dra. Silvia Bonifácio para tratar do Plantão de Primeiro Grau. Portanto, já existe um encaminhamento da AMAB, concluiu a magistrada.

Dada a palavra ao servidor Robson, ele iniciou endossando os comentários elogiosos à servidora Sara, destacando a parceria na elaboração da minuta de resolução sobre teletrabalho. Em seguida, o servidor destacou os cursos de qualificação, que foram discutidos com Dra. Márcia logo nos início das reuniões, e falou da necessidade de descentralização das capacitações, pois gera alguns questionamentos de servidores e magistrados, dada a impossibilidade de virem fisicamente à UNICORP, e isso acaba limitando as formas de qualificação, tão necessária para o desenvolvimento do trabalho, para a valorização do próprio servidor e o engajamento dentro da instituição.

Robson ressaltou que desde as primeiras reuniões o CGP prioriza a importância das qualificações e das pesquisas, destacando a relevante participação de Dra. Márcia, que foi imprescindível nesse direcionamento. Como temas prioritários do CGP, ponderou que é importante que seja elaborado o plano estratégico, ressaltando também a necessidade de propor os cursos (ampliação do leque de qualificações), em razão da resposta rápida e do baixo impacto financeiro. Ele destacou também a relevância de estudar a proposta da TLP. O servidor concluiu que tem se orgulhado muito de fazer parte deste Comitê, informando que tem ouvido de colegas que o trabalho realizado é realmente diferenciado.

Retomando a palavra, Dr. Freddy propôs colher votos sobre os temas prioritários do Comitê. Nesse particular, Robson propôs a formação de subgrupos que tratariam de temas simultâneos, os quais seriam apresentados depois ao grupo.

Pela servidora Sara foi sugerido que os membros do Comitê concentrassem todo foco, até o dia 17/07, na elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, informando que as tarefas teriam que ser realizadas fora das reuniões, em face do tempo de reunião que é limitado. Também propôs a realização de reuniões extraordinárias nos dias 09/07 e 16/07, para apresentação dos itens pendentes do plano estratégico, e que a SEGESP ficasse responsável pela confecção do mapa estratégico, cuja data



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**  
**COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE**  
**PESSOAS**

prevista de entrega é 24/07. A servidora sugeriu então que, após essa data, o CGP se dedique à questão da TLP, da unificação de carreiras e das atribuições dos cargos. E, paralelamente, que se veja a proposta dos multiplicadores apresentada pela servidora Janaína.

Dr. Freddy sugeriu que fosse realizada apenas uma reunião no dia 13/07/2020, sendo acompanhado por todos os presentes.

Dada a palavra ao servidor Marcus, ele também parabenizou a servidora Sara, destacando o papel de secretariar o CGP de maneira voluntária. Quanto ao plano estratégico, o servidor destacou que nada pode começar sem ter um plano, o qual ajudará o Comitê nos passos seguintes, para não ficar desvirtuado do que o Tribunal tem planejado para os próximos cinco anos.

No tocante à TLP, que envolve diretamente os servidores, Marcus pontuou a preocupação dos servidores que foram removidos de comarcas, mesmo atuando há anos naqueles lugares. O servidor ponderou acerca da necessidade do serviço público, ressaltando também que o servidor tem família, pode já estar em idade avançada, além de ter raízes naquela cidade. Ele prosseguiu sugerindo a realização de concurso de remoção por competência, destacando que muitos servidores que estão em varas criminais, cíveis e juizados gostariam de estar no setor administrativo, e vice-versa. Ele questionou a questão da quantidade X qualidade, ponderando que nem sempre a quantidade de servidores irá resolver o problema de uma unidade. Por fim, Marcus propôs, para as próximas discussões, que seja formada uma comissão única, que envolva todos os membros em um foco único, promovendo assim resultados mais rápidos e com melhor qualidade.

Dada a palavra a Valmy, o servidor também parabenizou a servidora Sara, declarando que ficou muito satisfeito ao ler a designação no Diário. Em seguida, ele pontuou que os passos seguintes têm temas de grande importância, informando que observou, em relação do plano estratégico, a importância das capacitações e a necessidade de interiorizar a oferta de qualificações, como especializações na modalidade EAD, que é uma oportunidade de estender a todos os servidores.

Valmy chamou a atenção para uma questão que o servidor Marcus vem sempre apontando, que é questão das atribuições dos cargos, tanto de técnico quanto de analista. O servidor ressaltou que é um tema de grande importância para se trabalhar neste semestre.

Em seguida, Valmy informou que recentemente ocorreu uma reunião com o Conselho de Delegados e houve uma grande preocupação quanto ao retorno das atividades nos Juizados Especiais, onde poderá haver uma grande aglomeração de pessoas, e um dos pedidos foi que o Tribunal considerasse a possibilidade de utilizar senhas para atendimento e também a dilação de prazos, pois muitas partes não possuem advogados e poderão procurar os juizados de imediato quando da retomada das atividades presenciais.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE  
PESSOAS**

Dr. Freddy disse entender que o Comitê não tem essa atribuição de se envolver nessa questão neste momento, devendo ser encaminhada à Presidência do Tribunal.

A servidora Janaína, que também integra o Comitê da Saúde, disse que nada será decidido açodadamente, que não haverá abertura externa por enquanto, havendo previsão de abertura apenas para trabalho interno, com 30% da capacidade, para que o servidor possa se adaptar ao novo modelo de distanciamento entre as mesas etc. *Por enquanto, não há essa preocupação nem com senha, nem com atendimento externo, porque isso ainda não irá existir, nem mesmo durante todo o mês de agosto deverá ser implantado.* A servidora concluiu dizendo que as comunicações podem ser encaminhadas para o Comitê da Saúde ou para seu e-mail ou entrar em contato diretamente, que serão levadas a reunião semanal do Comitê da Saúde.

Pelo servidor Luiz Cláudio foi dito que concordava com as proposições apresentadas para a elaboração do plano estratégico.

Dada a palavra ao Dr. Glautemberg, ele agradeceu a todos pela ótima recepção, ele pontuou que concordava com o Dr. Freddy e com a servidora Sara, que o foco agora deveria ser a elaboração do plano estratégico, destacando que também concordava com Dr. Leonardo sobre a necessidade de discutir outros temas nesse período, dentre eles o plantão e o turnão, até mesmo como forma de otimizar o uso da força de pessoal do Tribunal. O magistrado concluiu dizendo que podem contar ele e que espera poder ajudar o Comitê à altura dos colegas.

**Após as manifestações de todos os presentes, foi deliberado pelos membros que o Comitê atuará na elaboração do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas, pelo menos até o dia 17/07. Em seguida será analisada a TLP e a unificação de carreiras. Paralelamente, o Comitê poderá atuar nos temas: Multiplicadores, Capacitações EAD e Plantão de Primeiro Grau.**

## **2. ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DE PESSOAS**

Restou definido que um magistrado e um servidor colaborariam diretamente com o EDEP na atualização do Plano Estratégico, tendo se habilitado o juiz Leonardo Rulian e o servidor Luiz Cláudio.

## **3. O QUE OCORRER**

A servidora Sara solicitou que os membros fizessem a leitura do relatório da pesquisa sobre teletrabalho, a fim de agregar novas informações que representassem a opinião de todo o Comitê, ressaltando que o material será disponibilizado no RHnet para consulta por magistrados e servidores.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA  
COMITÊ LOCAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE GESTÃO DE  
PESSOAS**

**Após aprovação, por unanimidade, das proposições, os membros presentes concordaram com a designação de reunião extraordinária no dia 13/07/2020, às 10h, para avaliação e deliberação sobre o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas.**

Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião.

Salvador/BA, 06 de julho de 2020.